



**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA
CÂMARA COMUNITÁRIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
DO CONSELHO DA CIDADE
8 de abril de 2010**

No oitavo dia do mês de abril de dois mil e dez reuniu-se a Câmara Comunitária de Promoção Social do Conselho da Cidade, para a sétima reunião, em caráter ordinário, na Sala de Reuniões da Fundação IPPUJ, Avenida Hermann August Lepper, nº 10, no centro da cidade de Joinville, Santa Catarina, às oito horas, conforme convocação do coordenador Rogério Paulino Luetke e do Presidente do Conselho da Cidade, Luiz Alberto de Souza, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Leitura do Edital de Convocação; b) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; c) Apresentação sobre Saúde Ambiental, pela conselheira Rosinete Fátima Ferreira Neto; d) Assuntos Gerais. O coordenador leu o edital de convocação, e ao ser dispensada a leitura da ata, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Em seguida o coordenador passou a palavra à conselheira Rosinete Fátima Ferreira Neto, para a apresentação do tema Saúde Ambiental. Rosinete apresentou os conceitos, propostas e moção aprovados na Primeira Conferência Municipal de Saúde Ambiental, ocorrida em setembro de dois mil e nove. Rosinete falou sobre o conceito de Saúde Ambiental, que é a “área da Saúde Pública afeita ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade. Trata-se de um campo de práticas intersetoriais e transdisciplinares, voltadas aos reflexos, na saúde humana, das relações ecogeossociais do homem com o ambiente, com vistas ao bem-estar, à qualidade de vida e à sustentabilidade, a fim de orientar políticas públicas formuladas com utilização do conhecimento disponível, com participação e controle social.” Quanto à relação entre saúde humana, degradação e contaminação ambiental, “estima-se que 30% dos danos à saúde estão relacionados aos fatores ambientais decorrentes de inadequação do saneamento básico (água, lixo, esgoto), poluição atmosférica, exposição a substâncias químicas e físicas, desastres naturais, fatores biológicos (vetores, hospedeiros e reservatórios) dentre outros.” Na conferência, que teve o lema: “Saúde e Ambiente: vamos cuidar da gente!”, e tema “A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis”, foram estabelecidas as seguintes diretrizes: Diretriz A: Democratização do saneamento ambiental, em todo território do município; Propostas: 1 - Implantar a educação sanitária e ambiental formal e não formal em caráter permanente; 2 - Criar instrumentos de incentivo e acesso ao saneamento ambiental; Diretriz B: Zoneamento do território municipal com uma visão de saúde ambiental; Propostas: 1- Incorporar ao zoneamento ecológico econômico a saúde humana; 2 - Implantar ações integradas de fiscalização ambiental, sanitária e de infraestrutura; Diretriz C: Universalização das informações relativas aos efeitos sobre a saúde e meio ambiente relacionadas à produção e hábitos de consumo; Propostas: 1 - Utilizar meios de comunicação de massa e dirigidos para a informação da população em espaços públicos e privados; 2 - Capacitar profissionais de saúde, educação e meio ambiente para atuar como disseminadores das políticas e ações de saúde e meio ambiente; Diretriz D: Promoção dos sistemas de produção e consumo com controles eficazes dos impactos gerados na saúde e no meio ambiente; Propostas: 1 - Capacitar os órgãos de pesquisa e extensão rural para o desenvolvimento da produção agrícola orgânica de base familiar; 2 - Incorporar ao processo de produção e consumo a noção do ciclo de vida do produto; Diretriz E: Planejar o uso e



ocupação do espaço territorial, através do zoneamento ecológico econômico, garantindo a integração das políticas setoriais de saúde, ambiente, educação, urbanização, segurança pública e outras; Propostas: 1 - Capacitar os agentes da estratégia de saúde da família em saúde ambiental; 2 - Implementar produção sustentável e economia solidária nas regiões que concentram agricultura familiar. Nesta Conferência também foi definida uma moção, a “Constituição de Comissão Municipal permanente para a discussão e avaliação dos desdobramentos das ações das Conferências Estadual e Nacional de Saúde e Meio Ambiente.” Após a apresentação, a conselheira mostrou uma pesquisa feita nos Estados Unidos sobre o uso de água engarrafada, com os efeitos tanto na saúde humana quanto no meio ambiente. Aberta a palavra para o debate, os conselheiros concordaram que esta Câmara deve ser usada para provocar os gestores, para que se consiga implementar as diretrizes sobre saúde. O conselheiro Lenin Peña comentou sobre o conceito de saúde, que é o estado completo de bem estar físico, mental e social, e não somente ausência de doenças. Disse que o conceito de valores precisam ser claros e estar bem definidos, para que se possa estabelecer diretrizes coerentes, e que devemos centrar todos os esforços para obter saúde ambiental. O coordenador Rogélio Paulino Luetke parabenizou a conselheira Rosinete, pelo excelente material e pela apresentação, e disse que o que lhe angustia é saber o que efetivamente podemos fazer. Rosinete lembrou sobre as campanhas das sacolas de plástico, e os conselheiros discutiram sobre o que poderia ser feito caso fossem eliminadas as sacolas plásticas. Lenin Peña disse que há necessidade de que se faça um trabalho sério, com projetos profundos, que sejam propostas diretrizes básicas com propostas sólidas, concretas e claras. Os conselheiros concordaram que seria interessante ouvir os gestores públicos responsáveis por essa área, e a conselheira Rosinete propôs que sejam convidadas a Fundema – Fundação Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria da Saúde, para a próxima reunião, para uma conversa. Assim poderemos saber o que está sendo feito no município com relação à saúde ambiental, saber as dificuldades que esses órgãos estão enfrentando, e a partir daí começar a pensar em formas de ajudar. Como os conselheiros foram unânimes nesse assunto, ficou a Secretaria Executiva do Conselho da Cidade responsável por fazer os convites. Passando para o quarto item da ordem do dia, assuntos gerais, o conselheiro Eduardo apresentou um estudo sobre os riscos na cidade de Joinville, ressaltando os índices de maré alta com chuva, deslizamentos e colapso de obras civis (lajes); apresentou também dados sobre enchentes, precipitação pluviométrica e urbanização, e a Secretaria Executiva ficou responsável em repassar esses demonstrativos para todos os membros desta Câmara. Miers explicou que os dados apresentados foram adquiridos com a colaboração da Defesa Civil Nacional, Defesa Civil de Joinville e Fundação Ippuj e, embora possam não ser incontestáveis, dão um bom panorama dos riscos aos quais a cidade está exposta. Com relação às doenças provocadas pelo meio ambiente, o conselheiro Miers disse considerar importante que sejam listadas as doenças que mais afetam o joinvilense, bem como os cinco problemas mais importantes relacionados a essas doenças, para que seja possível pensar em propostas e diretrizes eficazes. Quanto a isso a conselheira Rosinete ressaltou o problema dos casos sub-notificados e nos casos de abandono do tratamento. O conselheiro Carlos Alberto Lessa disse que ações objetivas dependem de ações a longo prazo, e propôs a alternativa de inserir na escola o assunto saúde ambiental. Propôs que se faça um trabalho de base sólido, consistente e perene, que necessariamente deve envolver a educação. A mídia deveria ser obrigada a fazer inserções, principalmente nos programas infantis, pois a conscientização dos adultos é mais difícil, e as crianças vão forçar os pais a mudar o comportamento. O conselheiro Manoel de Medeiros Machado disse que precisamos ter o trabalho em mãos para disseminar, e que concorda ser a educação a base de tudo. Disse que é importante que seja avaliado o antes, o durante e o depois, pois a cada ano a cidade cresce muito, vertical e horizontalmente. As ruas não tem



mais permeabilidade, e há vários outros fatores expõem o cidadão à resposta da natureza quando dela fazemos mal uso. Lessa falou que devemos olhar para nós mesmos, para os que moram perto dos rios, para os que constroem e para os que aprovam os projetos, e que temos que fazer algo para mexer mesmo com a sociedade. Lenin Peña comentou que devemos nos esforçar para mudar em primeiro lugar, e que depois os outros mudarão. Lenin Propôs que todos os conselheiros leiam o texto sobre saúde ambiental, e a Secretaria Executiva ficou responsável também por encaminhar este documento a todos os conselheiros. O conselheiro Lenin ressaltou mais uma vez a importância de que todos leiam também o Plano Diretor do Município, pois este deve nortear nossos esforços. A conselheira Irma Kniess teceu comentários sobre os loteamentos que foram feitos em áreas impróprias, e sobre a necessidade de haver uma política de habitação e saúde. Disse que o importante não é o quanto a cidade seja bonita, mas o “como vive” sua população. Falou ainda que é muito valorizada a questão econômica, e quem tem o poder econômico faz e acontece e, sendo assim, se não conseguirmos mexer na parte política e econômica não conseguiremos nada. O conselheiro Lessa reforçou que a educação infantil é a chave, e a conselheira Rosinete salientou que, depois de serem ouvidas a Fundema e a Secretaria de Saúde, a Câmara deveria convidar a Secretaria de Educação, para que sejam parceiros nessa campanha referente à saúde ambiental. Disse ainda que na Conferência Nacional de Educação foi aprovada a educação popular, e que estamos na fase de construir essa política de educação popular em saúde, que envolve conscientização, mudança de cultura, e a necessidade de se ter pessoas preparadas para conversar com essas crianças. Eduardo Miers disse que é importante que sejam divulgados para a população os riscos aos quais está submetida, e que essa é a função dessa Câmara. Manoel de Medeiros Machado disse ser fã do que sai do papel e vai para a ação, e se a pesquisa sobre a água engarrafada, apresentada pela conselheira Rosinete, for verdadeira, deve ser passada para o Conselho Consultivo e Deliberativo. O que é bom, o que é necessário e o que é preocupante deve se fazer chegar à população. Tanto a escola quanto o Poder Executivo precisam ver isso, e essa questão poderá mudar. Manoel deixou no ar a pergunta: “Como fazer?”. O coordenador Rogério comentou sobre a questão do EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, e os conselheiros decidiram que estudarão a minuta desta lei de forma individual, e os que tiverem sugestões deverão fazê-las diretamente à Secretaria Executiva do Conselho da Cidade, até o prazo máximo de vinte e quatro de maio de dois mil e dez. Nada mais havendo a tratar, o coordenador Rogério Paulino Luetke deu por encerrada a reunião. Eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, secretariei esta reunião e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo coordenador, por mim e pelos Conselheiros presentes. Joinville, oito de abril de dois mil e dez.

Rogério Paulino Luetke
Coordenador da Câmara Comunitária
de Promoção Social do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade



**Fundação Instituto de Pesquisa e
Planejamento para o Desenvolvimento
Sustentável de Joinville**



GT2 – Câmara Comunitária de Promoção Social do Conselho da Cidade

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

Câmara Comunitária de Promoção Social			
PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Silvestre Ferreira	Manoel de Medeiros Machado	- ausente - Rudi Soares	- ausente - Mauro Berger
		I - Entidades Empresariais	
Rogélio Paulino Luetke	- ausente - Luiz Carlos da Silva Januário	Carlos Alberto Lessa	VAGO
		II - Entidades de trabalhadores	
- ausente - Claudia Valéria Lopes Gabardo	Rita de Cássia de Almeida Chagas Fernandes	Eduardo Miers	- ausente - Giane Bracelo Luetke
		III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	
Juliana Rocha Alcântara	- ausente - Silvano Ribeiro	Lenin Peña	Irma Kniess
		IV - Organizações não Governamentais (ONG's)	
- ausente - Maria Teresa Soares	Viviani Bittencourt Marques	Rosinete Fátima Ferreira Neto	- ausente - Pedro Johnni Dias Júnior
		V - Movimentos Sociais	

Joinville, 8 de abril de 2010

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.